



FRANÇA / Mais de 1 milhão saem às ruas de Paris e das principais cidades contra a reforma previdenciária defendida pelo presidente Emmanuel Macron. Proposta aumenta tempo de trabalho

Protestos em massa pela aposentadoria

» RODRIGO CRAVEIRO

As propostas de aumento no tempo da aposentadoria (dos 62 aos 64 anos) e de contribuição previdenciária de 43 anos para se ter direito a uma pensão completa levaram mais de 1,2 milhão de franceses às ruas, de acordo com o Ministério do Interior. A mobilização em massa coincidiu com uma greve de 70% dos professores e do setor ferroviário, em protesto contra a iniciativa do presidente centrista Emmanuel Macron. Uma nova rodada de manifestações está prevista para 31 de janeiro. Em Paris, a prefeitura calcula que 80 mil cidadãos participaram dos atos; no entanto, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) fez uma estimativa de 400 mil. Também foram registradas marchas em Toulouse, Marselha, Nantes e Lyon.

Ao citar o “bom desenrolar” dos protestos, a primeira-ministra da França, Elisabeth Borne, não sinalizou a intenção de recuar na defesa da reforma previdenciária. “Vamos continuar a debater e a convencer”, escreveu no Twitter. Até o fechamento desta edição, Macron não havia se pronunciado diretamente sobre as manifestações. Em visita à Espanha, ele apenas afirmou que “é uma reforma, sobretudo, justa e responsável, que foi democraticamente apresentada e validada”.

Ao **Correio**, Jean-Yves Camus —cientista político do Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas (Iris), em Paris— afirmou que o ponto de maior controvérsia da proposta de Macron é o acréscimo em dois anos para a aposentadoria. “Apesar de o nosso sistema previdenciário ser deficitário, a esmagadora maioria dos franceses não aceita trabalhar por mais tempo. Aqueles que desejam se aposentar aos 62 anos, em muitos casos, não receberão a pensão completa”, explicou. Segundo Camus, a insatisfação é especialmente alta entre os franceses nascidos depois de 1964, que serão impactados pela reforma tão logo ela seja votada.

“Outro ponto controverso é que, agora, temos categorias específicas de trabalhadores que podem se aposentar mais cedo, com pensão cheia, porque seu ofício é especialmente difícil, e fisicamente desafiador”,

Alain Jocard/AFP



Manifestantes se reúnem na Praça da República, no centro de Paris: escolas fechadas e transporte parado em dia de greve parcial

Eu acho...

“A manifestação que vimos hoje (ontem) foi imensa, maior do que o governo esperava. Isso é um sucesso para os sindicatos, mas o presidente Emmanuel Macron não abrirá mão de uma única linha do projeto de reforma, por acreditar que o povo não sairá às ruas em todos os fins de semana e que a mobilização se enfraquecerá rapidamente. O risco político para Macron é não alienar um segmento significativo da classe média e até mesmo da juventude: 69% dos franceses entre 18 e 24 anos se opõem à reforma.”

comentou o cientista político. “Elas sustentam que a reforma proposta por Macron não é justa, pois impacta aqueles por cujo trabalho paga-se menos. Algumas vezes, o ofício é tão difícil que a expectativa de vida deles é reduzida.” Camus aposta que a direita conservadora, ou pelo menos uma parte dela, parece determinada a votar em favor da

Arquivo pessoal



Jean-Yves Camus, cientista político do Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas (Iris), em Paris

legislação proposta. “Por sua vez, a Reunião Nacional (extrema-direita) rejeita a reforma, mas não está nas ruas. Então, o texto será votado.”

De acordo com a agência de notícias France-Presse, os protestos foram majoritariamente pacíficos, mas houve confrontos entre manifestantes e forças de segurança em Paris. Pelo menos

40 pessoas foram detidas. O jornal francês *Le Figaro* destacou que Macron mostrou sua determinação em manter a proposta de reforma previdenciária. “Nós devemos escutar as mensagens dessas marchas”, disse o ministro do Trabalho, Olivier Dussopt. O líder da esquerda Jean-Luc Mélenchon assegurou que o governo de Macron “perdeu uma batalha, a de convencer as pessoas”.

A França trava três décadas de disputas em torno do regime previdenciário. A primeira reforma foi realizada em 1993, quando o governo do primeiro-ministro Edouard Balladur (centro-direita) aumentou de 37,5 para 40 os anos de contribuição necessários para se chegar ao direito de uma aposentadoria integral. A mudança praticamente não encontrou resistência popular.

Dois anos depois, o premiê Alain Juppé, também de centro-direita, tentou repetir no setor público a exigência de 40 anos de contribuição pelo regime privado. Juppé foi forçado a recuar, depois de uma greve geral paralisar os serviços de trem e de metrô por três semanas. Em 2014, o presidente socialista, François Hollande, conseguiu elevar gradualmente os anos de contribuição necessários para se ter acesso à aposentadoria integral — 43 anos em 2035. O atual presidente Macron tentou revisar o sistema previdenciário, em 2019, e foi surpreendido pela greve mais longa da história da companhia ferroviária. Isso não o moveu de buscar unificar em um regime único as dezenas de sistemas especiais de pensão e adiar a idade de aposentadoria da maioria das pessoas para 64 anos.

61%
Índice de franceses que rejeitam a proposta de Emmanuel Macron, apesar de 81% considerarem uma reforma necessária, segundo pesquisa da Ipsos

PERU

Distúrbios em Lima elevam a tensão

A crise política no Peru parecia, ontem, longe de arrefecer, com confrontos entre manifestantes e policiais em Lima, além da tentativa de tomada de aeroportos em Cusco, Juliaca e Arequipa. De acordo com o jornal peruano *El Comercio*, “vândalos” atacaram agentes das forças de segurança, na capital. Mais de 24 mil estabelecimentos de saúde acionaram o “alerta vermelho” para receberem os feridos durante os protestos.

Mais de 10 mil policiais foram mobilizados para conter ameaças à ordem e atos de vandalismo. Os manifestantes exigem a renúncia da presidente Dina Boluarte, que ascendeu ao cargo em 8 de dezembro, depois de um golpe autocrático do líder esquerdista Pedro Castillo.

Por sua vez, o jornal *La*

Republica, também de Lima, informou que um manifestante morreu e 18 pessoas ficaram feridas (14 civis e quatro policiais) durante uma incursão para ocupar o Aeroporto Internacional Alfredo Rodríguez Ballón, em Arequipa, a segunda maior cidade do Peru. Jhancarlo Condori Arcana, 30 anos, perdeu a vida ao ser baleado no abdome. Também houve registros de feridos em Juliaca. Desde o início da convulsão social, pelo menos 45 peruanos morreram durante os choques com as forças da lei.

Embaixador

Rómulo Acurio, embaixador do Peru no Brasil, disse ao **Correio** acreditar que todos os peruanos respeitam as manifestações de caráter pacífico. “Há

Ernesto Benavides/AFP



Policia da tropa de choque dispara bala de borracha, na capital: mais de 10 mil agentes mobilizados

muitas coisas que precisam ser melhoradas no Peru, como em toda a região, para eliminar a pobreza e a exclusão social”, admitiu. “No entanto, é inadmissível que, com um suposto objetivo político, se destrua o patrimônio público e se afete o direito de livre circulação dos peruanos, seja por via terrestre, seja por via aérea.

De acordo com o embaixador, a solução para a crise política envolve a expressão das opiniões de forma pacífica e respeitosa. “Sem que haja autoritarismo ou atos golpistas”, destacou. “Também é necessário que eleições antecipadas, totalmente transparentes e plurais, sejam confirmadas o mais rápido possível”, declarou Acurio. Ele também defende que

os direitos humanos de todos os peruanos sejam respeitados de maneira irrestrita. “É preciso que as instituições e os partidos democráticos dialoguem intensamente, dentro e fora do Congresso da República, para que o futuro sistema político peruano seja mais estável, a fim de fortalecer a governabilidade e o desenvolvimento sustentável.” (RC)

NOVA ZELÂNDIA

AFP



Em vídeo, a premiê anunciou a renúncia em fevereiro

Sem energia, Jacinda Ardern vai deixar poder

O anúncio foi feito durante uma reunião com os integrantes de seu Partido Trabalhista e pegou de surpresa não apenas os colegas, mas os 5 milhões de neozelandeses. “Para mim, chegou a hora. Não tenho mais energia para mais quatro anos”, desabafou a primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, na manhã de ontem (noite de quarta-feira, em Brasília).

“Eu sou humana. Damos o máximo que podemos pelo tempo que podemos e, então, é hora. E para mim, chegou a hora. Estou saindo porque com um trabalho tão privilegiado vem uma grande responsabilidade. A responsabilidade de saber quando você é a pessoa certa para liderar — e também quando não é”, acrescentou. Jacinda decidiu que este é o momento de abandonar o poder. A renúncia entrará em vigor até 7 de fevereiro. No próximo domingo, a convenção do Partido Trabalhista deverá escolher o próximo nome a liderar a legenda e o país.

Professor de ciência política da Universidade de Canterbury (em Christchurch), Lindsey MacDonald admitiu ao **Correio** que Jacinda Arden sempre falou e agiu de maneiras que desafiavam as noções realistas de poder. “Para aqueles que pensam a política sobre a busca pelo poder pessoal, é sempre surpreendente quando um líder decide renunciar. O paradoxo do estilo de liderança política de Jacinda (apelidado de ‘política da gentileza’) é que isso lhe deu extraordinária força política. Pela primeira vez, desde 1993, houve um único partido majoritário no Parlamento”, disse.

Coerência

MacDonald entende que a decisão de Jacinda é “coerente com o seu comportamento”. “Ela rejeita aferrar-se ao poder em benefício próprio. Ao renunciar, a premiê remove o símbolo de tudo o que certos atores da Nova Zelândia deixaram claro que odeiam: ela mesma. Jacinda tornou-se alvo quase único de uma mistura curiosa de raiva — com origem em temas como o gerenciamento da pandemia da covid-19, a inflação crescente — e da incapacidade do setor público de melhorar as questões da habitação e do combate à pobreza infantil.”

Presidente da Associação de Estudos Políticos da Nova Zelândia, Richard Shaw afirmou ao **Correio** que parte do motivo para a saída de Jacinda foi o fato de seus cinco anos no cargo terem sido dominados por crises: os atentados contra mesquitas em Christchurch (em 2019, com 51 mortes) e a pandemia da covid-19. “Os custos humanos e sociais que esses eventos exigiram da população foram significativos, assim como os recursos pessoais e políticos exigidos da premiê. Jacinda Ardern está simplesmente exausta”, avaliou. (RC)